

Alternativa ao racionamento

RECORRER AOS PREÇOS PARA CONTER O EXCESSO DE DEMANDA DE ENERGIA ELÉTRICA

*Rogério L. Furquim Werneck**

Vem crescendo a apreensão com a possibilidade de se ter de enfrentar um quadro de excesso de demanda de energia elétrica nos próximos meses. As autoridades responsáveis ainda têm esperança de que até o final de abril, quando termina a estação chuvosa, seja possível a restauração dos níveis dos principais reservatórios do sistema hidroelétrico do País, a ponto de assegurar que a capacidade de oferta de energia permaneça compatível com a evolução da demanda. Mas a verdade é que já se fala novamente em racionamento.

A perspectiva da imposição de um racionamento de energia no segundo semestre representa sério entrave à continuação da retomada de crescimento. Se não for retirado de cena, o espectro do racionamento está fadado a afetar decisões de investimento, colocando em jogo a ampla mobilização com expansão de capacidade instalada que vem tendo lugar nos diversos setores, e prejudicando o fluxo de investimentos estrangeiros diretos do qual tanto depende agora a economia para preservar sua expansão.

Desta vez já não se trata de conter o consumo de energia em regiões periféricas, como foi o caso do racionamento de 1987, imposto em parte do Nordeste. O que agora se aventa é a imposição de racionamento na região Sudeste. Não é difícil antever as proporções do desgaste político que pode estar envolvido. São mais do que conhecidas as dificuldades operacionais de um racionamento de energia, a começar pelo estabelecimento de critérios minimamente razoáveis para se determinar sobre quem devem recair os custos e as inconveniências dos cortes de suprimento.

Na verdade, o racionamento quantitativo constitui uma forma extremamente ineficiente de se lidar com uma situação de excesso de demanda. Existe alternativa muito mais racional, mais fácil de implementar e incomparavelmente menos onerosa, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político. Basta observar o que ocorre em outros setores quando surge um quadro de excesso de demanda. Tipicamente, a demanda excedente é eliminada por elevação de preço. É bem verdade que preços de energia elétrica estão longe de ser flexíveis. São rigidamente regulados. Mas isto não significa que não devam jamais ser utilizados para se lidar com situações de excesso de demanda.

Naturalmente, não se pode deixar de levar em conta as repercussões sobre a inflação. O Banco Central já vem enfrentando dificuldades para acomodar, no esforço de cumprimento da meta de inflação, o impacto de aumentos de tarifas de energia, da ordem 15%, que vêm sendo autorizados neste ano em decorrência de regras de reajuste algo primitivas acordadas no passado. Mas os aumentos de preços que agora se fazem necessários são bastante distintos. E há menos a se temer no que diz respeito ao impacto inflacionário potencial. O que é preciso é introduzir na política tarifária de energia elétrica mecanismos bem focados de desestímulo à demanda. O que é bem diferente de uma elevação generalizada de tarifas de eletricidade.

A maior parte do esforço do governo para lidar com o excesso de demanda vem sendo no sentido de assegurar que a capacidade instalada permaneça suficiente para atender a demanda de pico de energia. É hora de se dar mais atenção ao outro lado do problema. O que pode ser

feito para assegurar que a demanda de pico se mantenha dentro do limite da capacidade instalada disponível? Em paralelo com outras iniciativas visando a racionalização do uso de energia, é imprescindível redesenhar o sistema de incentivos embutido na política tarifária.

Antes de mais nada é preciso recortar com nitidez o conjunto de consumidores de energia elétrica sobre os quais deveria recair o ônus do ajuste. Como o problema de excesso de demanda de energia parece restrito ao Sudeste, consumidores de outras regiões não precisariam arcar com aumento de preço. Já na região Sudeste, é necessário impor sobretaxas de forma a encarecer na margem a energia para uso industrial e comercial. E, especialmente, tornar ainda mais proibitivas as tarifas cobradas pela energia consumida em horário de pico.

No que tange ao consumo residencial, há boas razões para preservar consumidores de baixa renda de qualquer aumento de preço, tendo em mente tanto considerações de equidade como a necessidade de se atenuar o impacto direto das elevações de tarifas sobre os índices de preços ao consumidor. No caso dos consumidores de renda mais alta, como os medidores instalados em residências tipicamente ainda não permitem discriminar em que momento foi consumida a energia, o mais recomendável seria simplesmente introduzir pesada sobretaxa sobre o consumo de eletricidade que superasse uma certa proporção do consumo observado no mesmo mês no ano passado. No início desta semana, o novo ministro de Minas e Energia aventou a possibilidade de conceder prêmios a quem consiga reduzir o consumo de energia em determinada proporção. A preocupação já denota avanço na percepção do que precisa ser feito. Mas, a esta altura, em vez de dar estímulos positivos, parece muito mais eficaz reforçar os estímulos negativos. E penalizar fortemente o consumo, na margem, por meio da imposição de sobretaxas.

É bom notar que a receita gerada pelas sobretaxas deveria ser apropriada pelo governo e não pelas concessionárias de energia elétrica que, de resto, deveriam ser as maiores interessadas em evitar o oneroso desgaste por que teriam de passar no caso de um racionamento. Mas talvez seja ajuizado canalizar boa parte dos recursos arrecadados com as sobretaxas para um fundo que reforce o financiamento da expansão da capacidade de geração de energia elétrica no País.

Durante muito tempo, o setor elétrico brasileiro foi dominado por uma cultura baseada na crença de que preços não tinham qualquer papel relevante na determinação da demanda de energia. Já há alguns anos isto vem mudando. Mas ainda há uma visão arraigada que leva a grande ceticismo sobre a possibilidade de se lidar com o quadro de excesso de demanda pelo lado dos preços. É hora de se perceber que, mesmo que se aceite que a demanda de eletricidade seja bastante inelástica, é perfeitamente possível conceber sobretaxas suficientemente altas para, na margem, conseguir inibição substancial do consumo de energia. O bastante para reduzir em muito o risco de se ter de enfrentar um racionamento.

Está longe de ser uma solução sem custos. São medidas impopulares. E, a depender das proporções do excesso de demanda que tiver de ser enfrentado, podem implicar significativa pressão adicional sobre a inflação. Mas, seja como for, os custos parecem incomparavelmente mais palatáveis do que os que estariam envolvidos na imposição de um racionamento.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.